

O MODELO DE PROCRIAÇÃO REAL *VERSUS* IDEAL – O VALOR DOS FILHOS

REAL VERSUS IDEAL PROCREATION MODEL – VALUE OF CHILDREN

MARIA OLÍVIA DIAS¹

¹ Docente da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional das Beiras. Viseu – Portugal.
(e-mail: profaoliviadias@gmail.com)

Resumo

Introdução: A história das populações sugere-nos uma sucessão de fases alternativas sobre a dimensão da família. Da fecundidade “natural” àquela controlada, temos atualmente um modelo de família onde o número de filhos tem sofrido uma diminuição acentuada, sobretudo nos países desenvolvidos, aos quais Portugal se associa a ponto de termos hoje um desequilíbrio demográfico, onde o número de idosos já ultrapassa o dos jovens, com consequências prejudiciais, em termos familiares, relacionais, sociais e económicos.

Objetivos: Esta investigação teve como principal objetivo produzir alguns conhecimentos acerca dos modelos de procriação, designando-se o modelo efetivo por *real* e o modelo desejado por *ideal*. Pretendemos comparar estes dois modelos de modo a termos uma perceção não só do número mas também do valor e do impacto que os filhos têm na opinião das famílias.

Metodologia: Este estudo, de tipo descritivo e quantitativo, envolveu 230 famílias clássicas das 34 freguesias do concelho de Viseu. Os dados foram obtidos através da aplicação de um inquérito ao qual respondia a mulher do casal, por razões de facilidade de acesso. Apresentamos os dados mais significativos do estudo em relação ao entendimento das vantagens e desvantagens, tanto na intenção como na decisão do casal em relação ao número de filhos, assim como da perceção e do valor que os mesmos têm para a família.

Resultados: Dos resultados obtidos salientamos a consciencialização que há da importância do valor dos filhos para a família, mas também das dificuldades em ter mais do que um ou dois filhos, o que conduz a diferenças entre o modelo real e o modelo ideal. Daí o reconhecimento, por parte

dos respondentes, que não é a mesma coisa ter um, dois, três ou mais filhos. Nesta perspetiva, importa salientar que as preferências manifestadas permitem-nos concluir, por um lado, que há uma correspondência significativa entre o número de filhos e o impacto diferenciado que estes têm nas funções, na dinâmica e na estrutura da família, e, por outro lado, mostram os desafios que são colocados à sociedade no sentido de responder de modo eficaz às necessidades sentidas pelas famílias. Todavia, sendo evidente que um número maior de filhos é bom para a família e para a sociedade, no entanto, cabe sempre à família escolher e tomar as decisões que do seu ponto de vista refletem as suas possibilidades e os seus interesses em termos de realização pessoal. Comparámos o modelo efetivo e o ideal, evidenciámos os possíveis motivos e as consequências das decisões em termos de vantagens e desvantagens, alguns perfis de famílias, obstáculos em relação ao número o valor e os custos com os filhos.

Palavras- chave: família, procriação real e ideal, valor dos filhos.

Abstract

Introduction: History of populations suggests a succession of alternative phases about family dimension. From natural conception to controlled conception, the family model suffered a change, the number of children born has been diminishing, mostly in developed countries, in which Portugal is included, creating an unbalanced demography, where the number of elderly has exceeds the number of young people, with harmful consequences on family, in relational, economic and social terms.

Objectives: The main goal of this investigation was to produce some knowledge about children conception models hereby defined: the effective model as real and wanted model as ideal. The study will compare these two models and give the impact of children in family life.

Methodology: This is a descriptive and quantifying study involving 230 families (classic type) from 34 villages of Viseu. Data was obtained through the application of inquiries to the couple's wife due to easier access. Presented here are the most significant data related to the understanding/intention of advantages and disadvantages, as well as the intention of

the couple decision regarding the number of children, as well as the perception and value that they have for the family.

Results: The results obtained reveal how important and cherished children are within families; however they also indicate the difficulties felt when having one or more children, which in turn lead to differences found between the real model and the ideal model. Therefore, respondents realize that it is not the same thing to have one, two three or more children. Given this perspective, it is important to emphasise that the preferences stated allow us to conclude that, on the one hand, there is a significant relationship between the number of children and the differentiated impact they have in the structure, functioning and dynamics of the family. On the other hand, there are challenges that are placed on society to respond efficiently to the needs of the families. Nevertheless, it is evident that more children is good for the family and for society as a whole, but it is always the family who has the choice to make decisions that from their point of view reflect their possibilities and their interests as far as their personal growth is concerned. We compared the effective model and the real model in order to point out the reasons and consequences of family decisions in terms of advantages and disadvantages, some family profiles and obstacles in relation to the number, value and costs with their children.

Keywords: family, procreation real and ideal, children value.

Introdução

*Por mais caro que possa parecer o custo de se criar um filho
a recompensa de um abraço e um sorriso já paga o investimento*

A família enquanto reflexo de uma sociedade em permanente mudança constitui-se como uma dinâmica à qual é exigida uma constante adaptação às novas realidades, pois cada vez mais é afetada por interferências da modernização e de novos valores com grande impacto na sua estrutura e na sua composição.

É hoje um dado adquirido que abordar o tema da procriação é, antes de tudo, colocarmo-nos, mais que ontem, num contexto não só espacial mas também temporal, e que ao abordarmos esta realidade devemos ter presente todo o desenvolvimento histórico da família e da sociedade (Dias, 2000: 81-102; Dias, 2011: 139-156).

Com efeito, a conceção da família e conseqüente organização e dinâmica têm sido alvo de transformações ao longo dos tempos, na sua composição, nas relações, influenciada pelos valores e conhecimentos que caracterizam os diferentes períodos da história. Todavia, o número de filhos, com todas as sucessivas alterações por onde tem passado a família, foi sempre reconhecido e valorizado pelas famílias e pelas sociedades, tanto conservadoras como progressistas, obviamente com entendimentos diferentes, mas os filhos são um bem seja qual for o tipo ou o tempo em que viver a família.

Os diferentes tipos de família, sem excluir nenhum, são entidades dinâmicas que convivem por um determinado tempo, durante o qual se constrói uma história de vida, mas aos quais as conjunturas demográficas, sociais, económicas e culturais obrigam a constantes modificações, tanto estruturais como funcionais. Assim, importa salientar que a família, na perspetiva sociológica - aquela que nos interessa - “é um grupo social que não se confunde com outros tipos de grupos, assume formas e funções diferentes conforme o tempo e o espaço em que se situa” (Infopédia, 2013).

O modelo de família caracterizado por um número de filhos tendencialmente grande alterou-se, passando a haver comportamentos de autodefesa da parte do casal, controlando-se hoje, por diversos modos a frequência dos nascimentos¹. Nesta perspetiva importa salientar que mesmo com as mudanças há uma consciência clara de que os filhos são um valor para a família. Em todo o caso, a família atual não se compadece com a de outros tempos. O facto de a família fechada ser valorizada e respeitada pelo maior número de filhos que tinha, contrapõe-se ao facto de que hoje temos uma família que não pensa desse modo, pois ter um número grande de filhos é irresponsabilidade, é não dar aos filhos aquilo que eles merecem. Mas aqui surgem as dúvidas em relação às famílias do passado, se na realidade desejavam ter esse número de filhos. Como observa Beltrão (1978: 12): “Nem tudo era luz na família antiga e nem tudo é sombra na família contemporânea”. De facto, o número de filhos adquiria significados muito diferentes do ponto de vista das famílias, como já o afirmava Anshen (1971: 21 e ss.).

Em suma, a discussão que se desenvolve ao longo deste texto parte de um conjunto de elementos conceptuais, a propósito da procriação, para depois os comparar com alguma evidência empírica, e, desse confronto, retirar algumas implicações e cenários para as famílias de hoje.

Diremos para finalizar que os modelos aqui tratados – real e ideal – são empíricos, isto é, partem da análise da realidade. Por outro lado, não pretendemos exprimir algum juízo de valor, mas sim juízo de facto. Nestas circunstâncias não interessa

¹ Não desenvolvemos neste estudo a evolução de comportamentos diferentes do passado, pois não é o nosso objetivo, um artigo não comporta toda a complexidade, mas mais ou menos todos conhecemos a história. Assim, como é impossível apresentar os dados todos em tabelas, escolhemos aqueles que nos parecem ser os mais pertinentes.

a nossa opinião pessoal, ou valorização deste ou daquele aspeto, mais conforme com o nosso pensamento. As observações não são uma construção abstrata, pois os termos aqui usados descrevem particularmente as frequências dos dados recolhidos e que foram considerados como sendo os mais importantes na análise do modelo efetivo e do modelo idealizado pelas famílias.

Sociologicamente, os filhos são valia para a família e para a sociedade. Têm valor porque são importantes para a família no sentido das vivências do grupo familiar, são estabilidade, equilíbrio da sociedade nos aspetos demográficos, nas dinâmicas sociais. Deste modo, o valor dos filhos adquire um significado objetivo orientado para as relações familiares e sociais, porque os filhos influenciam a organização e a dinâmica da família.

Por outro lado, os filhos são um valor positivo, são herança, perpetuam a família. Ora este valor, sendo positivo, não deixa de trazer também custos pessoais e sociais. É por isso que o valor é um critério segundo o qual valorizamos ou desvalorizamos as nossas escolhas, tornando preferível umas em detrimento de outras. Neste sentido, o valor implica apreciações, interesses, sentimentos, desejos e tendências.

Conforme os casos ou as opções, para algumas famílias os filhos têm um valor superior, para outras representam menos valor. Associa-se a este conceito, por um lado, a utilidade, e por outro, as preferências das famílias (Corigliano, 2012).

1. Enquadramento Teórico

Vale a pena, embora brevemente, revisitarmos algumas ideias teóricas que poderão ser transponíveis para o estudo empírico que compõe este artigo. Esta posição compreende-se pelos limites que a dimensão de um artigo impõe.

De acordo com Beltrão (1978, 1990), as novas condições de sobrevivência desencadeiam a emergência de prevenir o excessivo número de filhos, por sobrecarregarem a família com custos económicos, sociais e relacionais, fatores estes que conduziram, inevitavelmente, a um decréscimo do número de filhos por família. Ao mesmo tempo, alteraram-se os valores em relação ao significado da sexualidade, bem como da procriação, sobretudo quando os comparamos com os das famílias numerosas, isto é, com o modelo tradicional.

Por seu turno, Bellenzier (1987: 58) acrescenta às ideias de Beltrão que "...a família é hoje considerada centro de consumo onde prevalecem outros valores como o individualismo". Isto coloca a questão de outros interesses ligados à satisfação e realização do casal, interesses esses que não se compadecem com o maior número de filhos efetivos. Vemos assim como as funções da família, que embora sendo as mesmas, algumas viram uma diminuição na sua continuidade e outras conquistaram uma maior importância.

Este fenómeno do reduzido número de filhos, hoje um ou dois e raramente mais de três, é apontado por muitas teorias como um sinal do individualismo e do consumismo que reduz as “experiências humanas”, porque não existe nem tempo nem espaço para os filhos (Martino & Manenti, 1992:23-24; Federici, 1984: 79).

Verifica-se também, por outro lado, que muitos pais se sentem felizes com o número de filhos que têm. Por outro lado, também muitas famílias gostariam de ter mais filhos, mas não veem como poderão conciliar essa responsabilidade com a situação do emprego. Há ainda pais que, embora satisfeitos, gostariam de trabalhar com horários diferentes ou reduzir as horas de trabalho para poderem estar mais tempo com os filhos. Ainda alguns pais não têm mais filhos porque têm receio de pôr em risco a sua carreira ou a sua sustentação financeira, e têm dúvidas sobre o futuro dos filhos (OCDE, 2004).

Deste modo, também na opinião de Guerreiro *et al.* (2003), encontrar o equilíbrio entre ter filhos e a vida familiar e profissional são desafios que todos os casais enfrentam. É neste quadro de análise que o nascimento de um filho é determinante e importante no comportamento do casal, afetando mais a mulher no mercado do trabalho (Dias, 1992: 59 e ss.). Conciliar o trabalho com as responsabilidades familiares, sobretudo com filhos pequenos restringem as preferências do casal (Federici, 1984:75; Torres, 2001; Relvas & Alarcão 2002). A mulher cada vez mais desenvolve um trabalho profissional fora de casa e participa na vida social, o que conduz a que haja interesses pessoais além dos familiares. Nora Federici (1984:110 e ss.) observa que o estatuto da mulher foi uma das causas na diminuição do número de filhos.

Para Betty Friedan, a situação das mulheres, associada ao alto sentido de responsabilidade pelo cuidado dos filhos, tendia a um sentimento de vazio (cit. por Michel, 1983:136). “Os níveis de satisfação nas relações familiares podem vir reforçados com o nascimento do segundo filho, mas podem também ser limitados pela sobrecarga de trabalho que traz à mulher, agravando-se ainda mais quando não existe entre os membros da família uma partilha de tarefas (Michel, 1983: 232). Curiosamente, ao contrário do que em termos de senso comum poderia ser de esperar, a maternidade parece ser por vezes “inimiga” da relação conjugal e da satisfação do casal, particularmente das mulheres, como sublinhava André Michel (1967). Estes resultados admitem que a vivência se torna insatisfatória sobretudo quando há filhos pequenos que absorvem muito tempo (Martino & Manenti, cit. por Saraceno & Naldini, 2003).

Parsons & Bales (1968:163; 1971) já nesta altura afirmavam que a família é uma instituição, com expectativas quanto ao número de filhos, instituição que se rege por estatutos, por normas e obrigações de carácter legal, estatutos que instituem o casamento e a parentalidade, existindo tanto no tipo de família tradicional, mais formal, assim como no tipo de família companheirismo, mais moderna e mais informal. Embora de formas

diferentes, a família mantém-se como instituição, tendo a liberdade de escolher o número de filhos que pensa ser o melhor.

Não é demais salientar que a diversidade social e cultural, dos contextos e das famílias, dificulta a distinção entre o padrão ideal da procriação e o funcionamento da realidade concreta da vida familiar. Sabemos, no entanto, que hoje se assiste como tendência dominante, ao primado do indivíduo sobre a família, primado do “eu” sobre o “nós” casal, o que significa que é em função do bem-estar de cada um que se definem as regras (Beck, 2002).

A este respeito podemos ainda referir que falham as políticas dos sistemas de cuidados à criança, a tempo inteiro, independentemente das perspetivas de emprego e dos níveis de rendimento familiar. Indiscutivelmente, a redução das taxas de natalidade tem implicações não só nas relações, na carreira, mas também na sustentação financeira dos sistemas de proteção social.

Esta posição de que não há políticas amigáveis para a família que facilitem a conciliação entre trabalho e vida familiar é reconhecida pelo senso comum. Nesta sequência a OCDE (2004), acentua que não há medidas que encorajem as escolhas do casal. Há uma carência das ajudas sociais, a mulher quando opta por ficar em casa a cuidar dos filhos não têm um rendimento próprio, mas também, quando exerce uma profissão, é prejudicada no trabalho profissional, sobretudo em situação de gravidez, sendo prejudicada quando falta ao trabalho por causa dos filhos, pois os empregadores não facilitam. De facto, ainda não há uma cultura de responsabilidade partilhada por todos, parece que esta apenas pertence à mulher. Isto traz grandes dificuldades à realização pessoal da mulher.

É preciso uma nova cultura, e, finalmente, que o Estado crie condições adequadas à diversidade de famílias e empregos. Há ainda muito a fazer nesta área se queremos uma sociedade mais jovem, isto é, proporcionar o nascimento de mais crianças, contribuindo deste modo para o equilíbrio entre a população jovem e a idosa.

Para concluirmos esta parte não resistimos a citar Paulo Geraldo (2013): “Geralmente não é muito difícil casar, ter filhos, uma casa para viver. Mas depois de se conseguir isso podemos chegar à conclusão de que é muitíssimo difícil construir uma família. É talvez como ter já os tijolos e, no entanto, sentirmo-nos incapazes de encontrar o cimento que os une, lhes dê forma, consistência e identidade”.

Chegados a este ponto, decorre a necessidade da explicitação do que se entende por valor dos filhos para a família. Poderíamos apresentar muitas interpretações desde as ciências teológicas, filosóficas, económicas, biológicas, psicológicas, sociológicas, etc., inerentes a cada estrutura e objetivos destas ciências, mas não faz parte dos nossos objetivos neste estudo como já nos referimos na introdução.

Do ponto de vista sociológico, que é o nosso, os filhos constituem uma riqueza para a família, tanto para as relações familiares como sociais. Os filhos transformam e enriquecem o grupo familiar que, por seu turno, influencia a organização da sociedade. Embora com significados diferentes, por parte das famílias, pois para umas os filhos são investimento num bem, para outras os filhos são despesa, e, portanto, estas últimas defendem outras prioridades em detrimento do número de filhos.

2. Material e métodos

Este estudo, com carácter descritivo e com prevalência no quantitativo tem como objetivos identificar o número de filhos real e o número ideal de filhos das famílias do Concelho de Viseu; investigar sobre a relação entre o número de filhos, o que significam, e qual o valor que lhe vem atribuído pela família; verificar quais os principais obstáculos à procriação; determinar o efeito que as políticas demográficas, familiares e económicas têm no aumento ou não do número de filhos nas famílias.

A população deste estudo é constituída por famílias do Concelho de Viseu, num total de 37.052 famílias, segundo os Censos de 2011 (INE, 2011). Deste universo foi extraída uma amostra constituída por 230 famílias. A seleção teve como base a lista telefónica, seguindo o processo da amostra aleatória simples, onde de 160 em 160 extraíamos e listávamos o telefone para possível controlo e a morada até obtermos as 230 famílias. No final, caso não fosse possível o contacto com alguma família extraíam-se com o mesmo processo aquelas que preencheriam esse lugar. Na família, respondia ao questionário a mulher do casal por razões de facilidade de acesso. Foram incluídas as mulheres que no momento faziam parte de uma família nuclear estável, tendo sido excluídas as mulheres divorciadas, uniões de facto, viúvas ou mães solteiras. Este critério de escolha justifica-se pela necessidade de reduzir o número de perguntas do questionário, pois incluindo todos os tipos de família, teria que ter uma estrutura mais alargada e mais complexa, devido à diversidade que há de tipos de família, com características tão diferentes. Teriam que ser introduzidas outras questões relacionadas com outras variáveis e comparar as respostas para que o estudo fosse suficientemente conclusivo. Por razão de escolha e possibilidades de tempo limitámos o estudo às mulheres casadas no momento

Tendo em conta os objetivos e as características deste estudo escolhemos como instrumento de recolha de dados o questionário. Esta técnica é constituída por um conjunto mais ou menos amplo de perguntas que se consideram relevantes e que estão de acordo com as características e dimensões do que se deseja estudar (Dias, 2009: 210-234). É por isso que na sua preparação tivemos em conta o que perguntar, perguntar como, perguntar a quem? Ora, não partimos do nada, já possuíamos um quadro conceptual, já tínhamos operacionalizado as variáveis, transformando-as em perguntas. A estrutura do questionário apresenta-se dividida em quatro partes: A primeira, com quatro perguntas

fechadas, inclui as questões que servem para a caracterização dos sujeitos na sua componente demográfica, incluindo a idade, as habilitações, a condição profissional e o rendimento. A segunda, também com quatro perguntas fechadas, possui questões de cariz mais contextual, contendo o número de filhos efetivo e o ideal, intenção de ter filhos, ou se já têm e se pensa em mais, satisfação do casal em relação aos filhos. A terceira, composta por cinco perguntas de tipo estruturadas, onde a mulher do casal podia escolher, entre as alternativas apresentadas, mais do que uma opção. Estas questões estruturadas tinham como objetivo saber quais os motivos das escolhas em relação ao número de filhos, avaliação das vantagens e desvantagens em ter ou não ter filhos, o significado e o valor atribuído aos filhos, os custos económicos, a responsabilidade, influência nas relações entre o casal e no trabalho da mulher, e, por fim, as medidas de intervenção do Estado necessárias para que a família possa ter filhos.

Com o objetivo de aprofundar ainda mais o estudo colocámos uma pergunta aberta: “Como mulher casada quais pensa serem as expectativas das famílias em relação ao número de filhos por família, quais as causas e consequências para a família e a sociedade nas decisões tomadas pelas famílias”. Depois do apuramento dos resultados a esta questão e da sua análise chegámos à conclusão que os dados não respondiam ao pretendido, eram vagos e cheios de juízos de valor pelo que não foram por nós considerados.

O questionário foi aplicado através do contacto direto, sendo que para uma maior homogeneidade dos dados e pelo facto de ser difícil a disponibilidade do casal em conjunto, era a mulher que respondia às questões. As respostas eram registadas pelo próprio inquiridor através da entrevista realizada no local de residência.

3. Análise dos resultados empíricos

Nesta última parte do estudo apresentamos os principais dados que se obtiveram com o questionário. Cruzámos algumas tabelas simples e por isso não se justificava a sua inserção. Assim, um primeiro ponto apresenta a variável “número de filhos ideal”, a variável “idade”, em relação ao número de filhos, a variável “instrução” cruzada com o número ideal de filhos. Por fim, o “rendimento” como variável determinante na escolha do número de filhos pelo casal.

O segundo compara o modelo real com o modelo ideal, tendo em conta as variáveis: “diferenças entre modelo ideal e modelo real”, “motivos em relação à escolha do número de filhos”, “condição profissional da mulher” relacionada com a “decisão em relação ao número de filhos; nível de instrução” com as decisões segundo o número de filhos” Cruzámos ainda a variável “intenção do casal à procriação” pelo número de filhos tidos”, “motivos das intenções” por número de filhos tidos”.

Um terceiro ponto apresenta a variável “valor dos filhos”, consubstanciado nas vantagens e desvantagens, bem como na percepção dos perfis que classificam e caracterizam as famílias envolvidas neste estudo.

Por fim, um último ponto cruza a variável “custos” (económicos, responsabilidades, relações entre o casal e o cuidado com os filhos que tira tempo à mulher para outras necessidades pessoais). A última variável “medidas de intervenção” tinha como principal objetivo determinar possíveis políticas a serem implementadas pelo Estado para que o casal possa escolher ter mais filhos.

3.1. O modelo ideal, segundo as variáveis: número de filhos, idade, instrução e rendimento do agregado familiar

Dos dados obtidos a propósito das aspirações da amostra relativamente ao “número de filhos ideal” emergem os seguintes resultados: nenhum filho para 2%; um filho 8%; dois filhos 64.1%; três filhos 21.2% e, por fim, quatro e mais filhos 4.7%. (tabela 1).

Tabela 1. Número de filhos ideal (desejado)

Nº de filhos ideal	N	%
0	5	2.0
1	18	8.0
2	147	64.1
3	49	21.2
4 e +	11	4.7
Total	230	100.0

Claramente estes dados põem em evidência o modelo ideal de dois filhos seguindo-se o modelo de três filhos.

Em relação à “idade”, as respostas das inquiridas distribuem-se do seguinte modo: Dentro dos intervalos etários, as que se encontram entre 18-25 anos defendem nenhum filho (3%), no intervalo de 26-30 anos um filho (6.4%), as que se encontram no intervalo entre 31-45 anos pensam que dois filhos é o ideal (67%), no escalão 45-60 o número ideal seria de três filhos (18%). E há ainda o intervalo 61 e mais anos que defende o ideal de quatro filhos e mais (5.6%). Concluimos que são as mulheres mais jovens a defenderem menos filhos e as mais velhas o maior número de filhos.

No que concerne às “habilitações literárias”, em todos os níveis, a escolha recaiu no número ideal de dois filhos, como se observa no cruzamento do número ideal de filhos por grau de instrução. As que não têm algum grau de instrução escolhem o modelo três filhos 34.6%; caindo para 30% nas que têm o 1º ciclo; 19.8% o 2º ciclo; 17.3% o 3º ciclo; para depois sofrer um aumento de 4.1% nas que possuem o ensino

superior, com 21.4%. Também são as mulheres sem estudos que em maior número escolhem o modelo ideal de 4 e mais filhos, respetivamente 15.4%, para atingir os valores mais baixos nas que possuem curso superior com apenas 2.7% (tabela 2).

Tabela 2. Nível de instrução pelo nº “ideal” de filhos (%)

Nº ideal de filhos	Nível de Instrução					Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
	%	%	%	%	%	
0	-	7.1	1.6	2.5	2.7	2.0
1	3.8	5.5	7.5	9.9	8.0	8.0
2	46.2	56.9	67.3	65.7	65.2	64.1
3	34.6	30.0	19.8	17.3	21.4	21.2
4 e +	15.4	5.9	3.8	4.6	2.7	4.7
Média	2.76	2.35	2.18	2.14	2.13	2.21

Legenda do nível de instrução: (1) Não sabe ler nem escrever; (2) 1º ciclo; (3) 2º ciclo; (4) 3º ciclo e (5) curso superior.

Relativamente à distribuição dos “rendimentos”, o número ideal de “nenhum filho” encontra consenso particularmente entre as famílias com menos de 500€ não correspondendo a esta classe algum valor que corresponda a quatro ou mais filhos, o filho único não encontra consenso nestas famílias. O modelo ideal para os que têm um rendimento entre 500-1000€ situa-se nos dois filhos com 61.3%. O modelo de três filhos é escolhido por aquelas famílias que têm um rendimento igual ou superior a 2000€ Apenas 5% das famílias com rendimentos com mais de 3000€ escolhe como modelo ideal os quatro e mais filhos.

Finalmente, o modelo ideal de dois filhos é defendido para uma família que se encontre nas mesmas condições económicas, sobretudo onde a mulher tem um trabalho remunerado e de três filhos para as mulheres que estão em casa.

3.2. Confronto entre o modelo ideal e o modelo efetivo

Com a pretensão de percebermos melhor o comportamento das famílias em relação à procriação, analisámos as diferenças entre o número ideal de filhos expresso e o número de filhos efetivo.

Os resultados evidenciam que efetivamente 50.7% das famílias têm o número de filhos desejado. Ao contrário, as que têm um número inferior em relação ao considerado como ideal é de 29.4%. Os que têm um número inferior a 2 são 10.5%. Por seu turno, as que têm mais filhos em relação ao ideal desejado é de 6.6% mais que um filho, e 2.9% mais de dois filhos.

Apresentamos na tabela 3 os valores das diferenças encontradas entre o modelo ideal e o comportamento real.

Tabela 3. Distribuição das diferenças entre o número “ideal” (NI) e o número efetivo (NE) de filhos (%)

Diferença (NI – NE)	Total
= < - 2	2.90
- 1	6.60
0	50.70
+ 1	29.40
+ 2	10.50

Para compreender as razões destas diferenças foi colocada uma questão sobre os motivos que podem explicar esta situação, tendo-se obtido os resultados da tabela 4.

Tabela 4. Motivos das diferenças entre nº ideal de filhos e nº de filhos efetivos (%)

Motivos	Ideal > real	Ideal < real
Problemas de saúde	32.0	1.0
Casamento recente	24.0	1.0
Problemas económicos	20.0	3.0
Terem sido pais recentes	15.0	0.0
Atividade profissional	7.0	7.0
Futuro dos filhos	6.0	6.0
Desacordo entre cônjuges	4.0	0.0
Filho sem projeto	0.0	75.0
Outro	2.0	7.0

Podemos verificar na tabela que as famílias que têm mais filhos do que os desejados, em 75% dos casos dizem que o filho nasceu sem ser desejado; ao contrário, aqueles que não atingiram o modelo ideal, e que apresentam uma percentagem

considerável, dizem ser por razões de saúde 32%, por casamento recente 24% e por problemas económicos 20%.

Com base nas observações feitas até aqui podemos afirmar que o número de filhos ideal não se identifica com o número de filhos efetivo, mas é considerado como sendo uma boa estimativa da norma social, norma que não parece ter um efeito direto sobre a procriação, mas antes pode agir como multiplicador dos efeitos que outros acontecimentos ou mudanças têm sobre o desejo do casal em ter ou não filhos e a definir qual o número que considera ideal.

Dentro das intenções explícitas em relação à opção em terem um ou mais filhos, segundo as condições profissionais da mulher e o nível de instrução temos a seguir a tabela 5.

Tabela 5. Decisões segundo o nº de filhos por condição profissional da mulher e grau de instrução (%)

Condição profissional	Decisões e nº de filhos		
	0-1	2	3
Doméstica	20.0	60.0	20.0
Trabalho fora de casa	39.0	53.0	8.0
Grau de instrução			
1º Ciclo	21.0	59.0	20.0
2º Ciclo	33.0	55.0	12.0
3º Ciclo	37.0	52.0	11.0
Ensino Superior	31.0	55.0	15.0

A escolha em relação à condição profissional mostra-nos que as mulheres domésticas são as que revelam mais intenção em ter dois ou três filhos, com 60% e 20% respetivamente. Quanto às que têm uma profissão é evidente que as suas intenções quanto à procriação divergem, pois temos 39% para 0-1 filhos, contra os 20% das domésticas. O número mais elevado fixa-se nos 2 filhos, com 53%, e o mais baixo - 3 filhos - com 8%, o que contraria os 20% expressos pelas mulheres domésticas.

No que concerne ao grau de instrução, a escolha em não ter filhos ou ter só um é como vemos mais forte entre as que possuem o 3º ciclo. Por outro lado, é interessante evidenciar que a escolha de três filhos prevalece entre as que têm um nível de instrução baixo e entre as que possuem um grau superior.

De forma a examinar estes dados com base no número de filhos tidos, observámos que as famílias que não têm nenhum filho possuem intenções mais altas

relativamente à procriação, intenções que se contraem bastante com o nascimento do primeiro filho, com uma redução de 30%. Depois do segundo filho as famílias que não desejam mais filhos são 10 vezes mais (tabela 6).

Tabela 6. Opinião sobre as intenções do casal quanto à procriação por n° de filhos tidos (%)

Intenção	Número de filhos			
	N	1	2	3 e +
Sim	71.4	41.4	5.1	2.9
Não	16.8	42.9	80.4	91.7
Não sei	9.9	11.9	11.1	4.3
Ainda não pensámos	2.3	3.7	3.4	0.8

Também neste caso questionámos, na pergunta 8, quais eram os motivos pelos quais o casal decidiu não ter mais filhos. As respostas foram as seguintes (tabela 7).

Tabela 7. Intenção em não ter filhos, seus motivos e n° de filhos tidos (%)

Motivos	Número de filhos			
	0	1	2	3 e +
Idade	26.0	32.0	32.0	25.0
Número atual é o ideal	4.0	9.0	32.0	41.0
Problemas económicos	3.0	12.0	9.0	9.0
Crescimento dos filhos	-	6.0	7.0	8.0
Problemas de saúde	23.0	23.0	9.0	9.0
Incerteza no futuro	16.0	7.0	5.0	6.0
Obstáculo com o trabalho	18.0	7.0	4.0	2.0
Filhos já grandes	-	2.0	2.0	-
Outros	8.0	2.0	-	-

De acordo com os dados, a idade é determinante para que 26% não tenha nenhum filho, apenas um e dois respetivamente com 32%. E ainda um número significativo com 3 e mais com 25%. Quem tem 2 ou 3 filhos considera ter atingido o número ideal, com 32% e 41% dos casos, perfazendo um total de 73%, o valor mais significativo. Os casais com nenhum filho ou filho único sublinham os problemas de

saúde (23%), sendo que os problemas económicos são motivos para os que têm um filho (12%) e pouco significativos para os que têm dois ou mais que três, com apenas 9%:

Por outro lado, para os que não desejam ter filhos parecem importantes, entre outros motivos, os obstáculos ao trabalho (18%) e a incerteza quanto ao futuro (16%).

Sintetizando, podemos realçar que a descendência média dos casais que não desejam mais filhos é de 2.04; o número médio para quem já tem 1 filho é de 1.92; para quem tem 2 filhos é de 1.09 e por fim para os que têm 3 é de 1.17; daqui resulta que a descendência média para os que desejam ainda ter filhos é de 2.22.

De tudo o que analisámos até aqui em relação ao modelo ideal e ao real parece existir uma certa contradição: por um lado, o modelo desejado 2 filhos parece ter entrado na mentalidade comum das pessoas, no entanto parece não interferir ou influenciar externamente a vida do casal. A escolha do número de filhos parece apoiar-se cada vez mais num comportamento consciente, isto é, sobre a vontade precisa e pensada em ter ou não ter filhos. Por conseguinte, a maioria das famílias tem os filhos que tem e não decide por interferências externas, as decisões são elas que as tomam haja ou não pressões.

Substancialmente, encontramos-nos frente a modelos de procriação reais diferentes, segundo se aumenta ou diminui a diferença entre o número de filhos desejado e o número efetivo, ou seja, aquele que se tem, ou segundo o modo como se modificarão as intenções dos casais em relação à procriação.

Os resultados que obtivemos mostram-nos a diferença entre o modelo ideal e o efetivo. A este ponto poderíamos perguntar quais as tendências em relação a estes modelos e, para termos uma resposta, é fundamental procurarmos quais os valores e qual a situação particular em que a família, e, sobretudo, a mulher se encontram.

3.3. O valor dos filhos e os perfis das famílias

O valor dos filhos merece-nos especial atenção. É preciso termos presente que um filho não perdeu de modo algum importância para a família. O estudo revela-nos que as famílias atribuem aos filhos um valor cada vez maior. O valor do bem dos filhos é considerado importantíssimo na vida familiar.

As aspirações adquirem significados consideráveis; recorde-se que as novas experiências familiares, o trabalho profissional da mulher encarado como uma sobrecarga, as responsabilidades e as incertezas que se vivem, explicam como sobressai com clareza uma relação diferente com o desejo e o valor atribuído aos filhos.

Deste modo, temos algumas visões possíveis em relação ao entendimento do valor dos filhos. A visão finalística, segundo a qual o filho é uma satisfação e é percebido como um meio para a realização da família e, sobretudo, da mulher; a visão de certeza e continuidade, onde o filho é tido como única ligação durável na vida; a

visão hedonista onde o filho é visto como uma felicidade; uma visão oportunista que vê o filho quase como instrumento de ajuda na velhice, e, por fim, uma visão social onde o filho é visto como um dever em relação à sociedade.

A pergunta 10 do questionário apresentava um conjunto de respostas que se distribuíam segundo uma escala que ia de muito a nada importante, como se pode observar na legenda da tabela 8 a seguir. Apresentamos os resultados, em percentagem, do valor atribuído pelas mulheres quanto às vantagens e desvantagens em relação aos filhos.

Tabela 8. O valor dos filhos segundo as mulheres inquiridas (%)

Vantagens	M	B	I	P	N
Sem filhos não se é feliz	30.0	28.0	0.2	22.0	18.0
Ter um filho é uma necessidade	38.0	44.0	0.1	10.0	0.7
É triste morrer sem ter tido filhos	35.0	31.0	0.6	15.0	13.0
Ter filhos é um dever na sociedade	18.0	27.0	0.4	31.0	20.0
É-se feliz em casa com os filhos	3.0	29.0	0.1	25.0	22.0
Um filho é uma segurança na velhice	12.0	26.0	0.2	27.0	33.0
Ser mãe é uma das maiores satisfações na vida	34.0	46.0	0.1	8.0	0.3
A relação mais estreita que se pode ter na vida é com os filhos	54.0	34.0	0.1	0.8	0.3
Desvantagens					
Os filhos tiram tempo ao casal	12.0	30.0	0.3	30.0	25.0
Os filhos limitam o trabalho da mulher	10.0	35.0	0.1	33.0	21.0
Os filhos tiram à mulher tempo para si	0.8	29.0	0.1	39.0	23.0

Legenda: **M** = Muito; **B** = Bastante; **I** = Indiferente; **P** = Pouco; **N** = **Nada**

Da análise complexa destes dados podemos ver uma certa prevalência da visão afetiva, ou seja, finalística, a que considera o filho como meio para realizar a própria identidade, onde, para 38%, “ter um filho é uma necessidade” muito importante e para 44% bastante importante. Apenas para 18% é visto como sendo um dever importante para a sociedade.

Importa salientar a percentagem baixíssima de indiferentes em todos os valores, sinal que se trata de uma realidade que envolve tomar posições precisas e não ficar indiferente face às escolhas que são feitas.

Acrescentamos que, em relação à idade, as mulheres mais novas até aos 30 anos fazem uma avaliação mais positiva da procriação do que as que se encontram entre

os 35-55 anos. Porém ao aumentar a idade cresce uma visão hedonista, ou seja, os filhos são fonte de felicidade.

Segundo as habilitações literárias, é claramente evidente que ao aumentar o nível de instrução diminui a avaliação positiva em relação à procriação, ou seja ao aumento do número de filhos.

Para precisarmos ainda melhor estes dados pareceu-nos importante questionar as mulheres para sabermos se estavam muito de acordo com um conjunto de propostas em relação ao valor dos filhos como um bem. As escolhas foram as da tabela 9.

Tabela 9. Opinião das mulheres inquiridas sobre o valor dos filhos (“muito de acordo” em %)

Valor dos filhos – “Muito de acordo”	N	%
Sem filhos não se é feliz	69	30.0
Ter filhos é um dever na sociedade	41	18.0
O lugar onde se é feliz é em casa com os filhos	53	23.0
A maior satisfação na vida é ser-se mãe	78	34.0
A ligação mais estreita na vida é a que se tem com os filhos	124	54.0
Os filhos contribuem para manter unido o casamento	97	42.0
Os filhos são essenciais para uma boa vida do casal	83	36.0

Da análise destes dados é possível vermos que a ligação que se tem com os filhos é tida como um valor muito importante para 54%. É também perceptível para 42% que os filhos contribuem para manter unido o casamento. Sendo que, o valor menor, os que consideram que ter filhos é um dever na sociedade, é apenas 18%.

Em relação às decisões da procriação, as famílias têm uma percepção dos valores positivos, mais do que dos custos dos filhos. A análise das correspondências múltiplas permitiu-nos delinear alguns perfis de opinião. Esta escolha é feita com base nas uniformidades empíricas do estudo e não deduzidas de qualquer quadro teórico. Por outro lado, os perfis são significativos no plano estatístico porque são elaborados através de um processo de quantificação, relacionado com a aplicação da análise fatorial. Esta análise permite-nos verificar a significância estatística da correlação dos vários traços, que resultam como um produto das componentes, evidenciando um índice que agrega as características de cada tipo de perfil.

Posto isto, apresentamos a seguir os dados que agregam as opiniões e que dão consistência aos diferentes tipos de perfis (tabela 10).

Tabela 10. Distribuição das famílias pelos perfis

Perfis	N	%
Favoráveis	66	28.4
Moderados	61	26.5
Ambivalentes	48	21.1
Problemáticos	29	12.7
Desfavoráveis	26	11.2
Total	230	100

Os que pensam que os custos são um entrave à procriação, são os mesmos que se consideram “favoráveis”, pelo benefício que os filhos constituem, respetivamente o valor mais alto (28.4%). Para estes ter mais um filho associa-se com todos os valores familiares. Geralmente, são as famílias de dois filhos as mais favoráveis e as que se sentem mais satisfeitas com o número de filhos, isto é, com dois filhos.

Os “moderados”, 26.6%, assinalam apenas algumas vantagens, tais como: certeza, continuidade e identidade; um filho não é um dever social, um suporte para a velhice, um meio para se ser feliz nem um *handicap* para a mãe.

Por seu turno, para os “ambivalentes”, um filho é percebido como um símbolo do amor, como felicidade, como segurança e continuidade depois da morte para 21.1%, mas, ao mesmo tempo, é visto como sendo um obstáculo para a mulher e para a vida do casal.

No que concerne os “problemáticos”, 12.7% veem nos filhos muitas desvantagens e poucas vantagens. Para estes os filhos dependem inteiramente dos pais, só através deles se sentem alguém. A maioria, 98%, não têm filhos.

Finalmente, no que se refere aos “desfavoráveis”, os negativistas, para 11.2%, os filhos têm pouco valor. Geralmente são famílias sem filhos ou no máximo têm um, o essencial para estes são os níveis de instrução e o sucesso profissional.

Destes dados parece poder depreender-se que a percepção do valor atribuído aos filhos tem uma ligação forte e durável na vida, confirmando-se de certo modo um valor bastante significativo nas relações familiares.

A este respeito parece que nos encontramos face a uma adaptação dos valores tradicionais à sociedade moderna, mas onde os filhos continuam a ser um valor importante, embora o seu número diminua, até porque os pais aspiram a ser melhores do que no passado.

Desta forma, os filhos aparecem como um meio para romper uma situação de isolamento, de solidão e de perda de sentido na vida, é um bem afetivo carregado de significado para a família.

Ora acontece, por outro lado, que a realidade nos mostra que as famílias cada vez têm menos filhos e questionamo-nos sobre o porquê desta situação e possíveis causas.

3.4. Os custos e as estratégias da procriação

Independentemente daquilo que possamos pensar, quanto aos custos e às estratégias, reconhecemos e os dados comprovam-no, que as causas da diminuição dos filhos prendem-se sobretudo com a crise económica e com o desemprego, mas não só, outros fatores são também decisivos. Há que ter em conta também o medo e a incerteza acerca do futuro, o facto de a mulher trabalhar fora de casa, com outros objetivos, e ainda a instabilidade, associando-se a estas causas a insuficiência dos serviços e os apoios em termos de subsídios às famílias.

Nesta ordem de ideias perguntámos às famílias quais os problemas ou as causas que as levam a não ter um segundo ou mais filhos, resultando, como razões prioritárias, a independência do casal e a possibilidade da mulher continuar no seu emprego, ter sucesso profissional e social. O trabalho da mulher aparece como um custo, em termos profissionais, familiares e pessoais, entendido em alternativa à oportunidade em ter mais um filho.

Por outro lado, os principais motivos apontados pelas famílias para não terem um terceiro filho relacionam-se, sobretudo, com os custos económicos, relacionais e com as responsabilidades acrescidas que isso comporta.

Em face do exposto, ter filhos comporta uma série de decisões e escolhas consecutivas. Vemos, no domínio da Sociologia, que a decisão e o envolvimento direto da família em relação ao primeiro filho respondem, em muitos casos, a pressões muito fortes de ordem biológica, psicológica e social, tratando-se de um comportamento prescrito como norma (Palomba, 1998: 125).

Desta forma, os fatores normativos são importantes no estudo da procriação, pois muitos casais fazem as suas escolhas adequando o seu comportamento àquele que é tido como normal.

As avaliações que motivam a ter o segundo filho são diferentes. Muitas vezes escolhe-se para dar uma companhia ao primeiro, ou então não o ter porque é um custo adicional, resultando como impedimento à carreira e ao caminho profissional da mulher. Os motivos que levam o casal a não decidir pelo terceiro ou mais filhos estão, como já dissemos, relacionados com os custos que são percebidos como muito altos, custos que se tornam mais pesados e dolorosos para famílias pobres, muito pobres e jovens. Os primeiros e segundos filhos, geralmente, são desejados, enquanto o terceiro ou mais nascem sem algum projeto.

A tabela 11 resume esta análise em relação aos custos de um filho a mais segundo o número de filhos.

Tabela 11. Custos de um filho a mais, segundo o nº de filhos tidos (%)

Custos	Nº de filhos			
	0	1	2	3 e +
<i>Económicos</i>	63.0	63.0	68.0	66.0
Habituação Insuficiente	54.0	58.0	57.0	61.0
Custo elevado para os manter	77.0	78.0	80.0	77.0
Carência nos serviços sociais	58.0	54.0	67.0	61.0
<i>Responsabilidades</i>	56.0	62.0	64.0	60.0
Incerteza quanto ao futuro	70.0	83.0	80.0	73.0
Receio em ser uma boa mãe	48.0	56.0	59.0	55.0
Dificuldade em educar os filhos	51.0	53.0	56.0	58.0
Empenhamento excessivo dos pais	53.0	55.0	62.0	54.0
<i>Relações entre o casal</i>	54.0			
Desejo de maior independência	54.0	55.0	55.0	54.0
Menos responsabilidade dos pais	54.0	55.0	55.0	54.0
<i>Custos para a mulher</i>				
Com mais trabalho a mulher mãe tem menos tempo para si	71.0	78.0	78.0	82.0

Outro aspeto significativo resulta da relação entre o valor dos filhos e as decisões que se tomam tendo em conta o número de filhos. Ao crescer o aspeto positivo e o prazer de ter um filho, as decisões deslocam-se da base para o topo (tabela 12).

Tabela 12. Decisões reprodutivas e indicador do valor dos filhos

Indicador valor filho	Número de filhos		
	0-1	2	3 e +
0-1	100.0	-	-
1-2	52.0	44.0	0.4
2-3	28.0	57.0	15.0
2-4	34.0	87.0	28.0

Positividade expressa de 0 (nula) a 4 (máxima).

Se combinarmos esta tabela 12, relacionada com o valor dos filhos, e a tabela 11, que apresenta os custos económicos, as responsabilidades, as relações entre o casal e o trabalho da mulher, podemos verificar, através da análise fatorial, algumas tipologias em relação às estratégias que são escolhidas pelas famílias em relação à procriação.

As famílias identificadas como “conformistas” são as que se resignam ao número de filhos que têm, onde, para 60.5% das famílias, prevalece o modelo dois filhos, mas são também as que têm uma perceção bastante positiva dos filhos. São pouco críticas em relação à família, mas defendem os valores familiares tradicionais e são pouco abertas à mudança.

As famílias caracterizadas como “ambivalentes”, embora 26.7% esteja de acordo com os valores familiares, com um número elevado de filhos, são as mesmas que também estão de acordo que os custos dificultam a procriação, não permitindo ter mais filhos. Mas, mesmo assim, privilegiam o lado positivo do valor que os filhos têm para a família. Normalmente é nestas famílias que se evidenciam as escolhas pelo terceiro filho. Se compararmos os valores que resultaram apenas destas duas tabelas estes divergem em relação aos da tabela 10 que apresenta apenas 21.1%. Isto deve-se ao facto de que aí estavam agregadas todas as respostas e aqui se limitam apenas aos custos e ao valor dos filhos, visto de modo positivo.

Para as famílias “inconformistas”, 12.8%, têm uma alta perceção dos custos e por isso os filhos são vistos como um obstáculo, desejam o filho único ou nenhum. Normalmente tinham expectativas de vida muito altas e que não foram correspondidas. Sentem-se frustradas, dececionadas e revoltadas porque aspiravam a condições favoráveis à procriação e não puderam satisfazer esse seu desejo.

Este quadro já tem vindo a ser sustentado por outras investigações. Por exemplo, Nora Federici (1984: 165) observava que os comportamentos ligados à procriação se enquadram numa estratégia de máxima utilidade e devem conciliar-se com as exigências do tempo-trabalho do casal.

A pergunta 13 do questionário pretendia analisar a atitude das famílias em relação às medidas de intervenção do Estado nas políticas demográficas relacionadas com a facilitação à procriação, ou seja, a possibilidade da família poder ter mais filhos. Neste sentido, apresentámos um conjunto de oito possíveis respostas que se distribuíam segundo uma escala de concordância/discordância e cujos resultados são identificados na tabela 13.

Tabela 13. Atitudes e medidas de intervenção do Estado nas políticas demográficas (%)

Medidas	Acordo	Desacordo
Melhores serviços sociais	92.0	8.0
Adaptação do horário de trabalho da mãe	90.0	10.0
Salário para a mãe que decide ficar em casa	85.0	15.0
Serviços depois da escola e durante as férias	74.0	26.0
Subsídios mais elevados à família	74.0	26.0
Redução do horário de trabalho do pai	71.0	29.0
Ajudas superiores às famílias com 3 ou mais filhos	83.0	17.0
Deduções das taxas de despesas com amas	54.0	46.0
O Estado não deve intervir	18.0	82.0

Analisando estes dados, é possível observar que os resultados revelam a necessidade que há de uma intervenção do Estado em tomar medidas no que concerne às políticas demográficas. Quase todos os *itens* apresentam valores muito significativos, quando relacionados com o acordo, à exceção do último “o Estado não deve intervir”, com apenas 18% que estão de acordo, contra 82% que estão em desacordo.

Considerando estas medidas foi possível, através da análise fatorial, criar algumas tipologias que definimos assim: intervencionistas, pró-natalistas, decisoras e anti-intervencionistas.

Em relação às famílias “intervencionistas”, caracterizadas por uma forte envolvimento nas medidas, interferindo e mediando com o Estado, declaram-se reconhecendo a importância da intervenção do Estado e sentem-se como colaboradores das melhores soluções, perfazem 26.2%. Destas, 9% estão dispostas a modificar as suas próprias intenções em aumentar o número de filhos, caso fossem tomadas medidas deste género.

Quanto às famílias “pró-natalistas”, as mais defensoras da natalidade são famílias conservadoras para as quais os filhos são um bem supremo que deve ser preservado, e, por isso, defendem aguerridamente a natalidade. São famílias fechadas em si mesmas, orientadas mais por princípios católicos. São favoráveis à intervenção do Estado 15.3%. O Estado tem a obrigação de contribuir com políticas que favoreçam o aumento do número de filhos.

As famílias “decisoras” são aquelas que estão a favor de políticas sociais (42.7%). Mas as políticas sociais devem apenas servir para melhorar a qualidade de vida das famílias. Porém, para cerca de 58%, um número muito significativo, o Estado não deve intervir para aumentar o número de filhos, a decisão é da própria família.

Por fim, temos ainda as famílias “anti-intervencionistas”. Em relação à tipologia anterior, a diferença é que esta rejeita totalmente toda a intervenção do Estado, são mais

radicais. Representam 8.1%. Há ainda 5.3% que se manifestam desinteressados, tanto lhes interessa como não que o Estado intervenha.

Concluimos, com estes resultados, que o Estado pode ter ações consideradas importantes na sua função de suporte geral, mas que são pouco direcionadas para estimular as famílias à procriação. Substancialmente reconhece-se que as medidas adotadas pelo Estado podem contribuir para o desejo do casal ter filhos, ou não ter mais do que aqueles que tem efetivamente.

Conclusão

Os resultados deste estudo indicam que a maioria das famílias tem a percepção de que o nascimento de um filho é hoje fruto de uma escolha que passa, como assinalámos, por um processo de decisão, no qual o casal avalia por um lado os benefícios, e por outro, os custos que derivam das opções e do interesse tanto da mulher como do homem a escolherem o número de filhos que desejam.

Indiscutivelmente, dos dados obtidos neste estudo, pode-se concluir que não é fácil nos dias de hoje a família aumentar o número de filhos. Se por um lado há dificuldades económicas, poucas ajudas sociais, há também por parte dos casais outras necessidades que não passam apenas pelo trabalho profissional, mas também por escolhas que os tornam mais satisfeitos e que se prendem com critérios de realização pessoal, como sejam: a qualidade de vida que as famílias defendem, estar com os amigos, viajar, liberdade para fazer coisas novas, relações mais de companheirismo, que não favorecem em nada a natalidade. Embora as inquiridas atribuam valores significativos para a família e considerem também importante relevância para o equilíbrio demográfico, mesmo reconhecendo não ser fácil tomar opções.

Mesmo assim, temos de reconhecer, não obstante, algumas frustrações, que as famílias são expressivas quando fazem uma avaliação dos filhos como um bem, atribuindo-lhe um conjunto de valores muito significativos para a vida familiar e para a vida social, fundamentais na construção da sociedade não apenas hoje, mas também no futuro. Mas, se por um lado, reconhecem os seus valores, reconhecem também os custos económicos, as responsabilidades, o receio com o futuro, e ao mesmo tempo, a insegurança que por vezes é sentida pelos acontecimentos que influenciam os comportamentos e cujas famílias não conseguem controlar.

Deste modo, não podemos atribuir a um só fator a diminuição do número de filhos, existe sim uma panóplia de fatores, e é preciso repensar e descobrir novas respostas, mais satisfatórias, que tenham em conta as interrogações e as dificuldades concretas das famílias, e que não funcionem como abstrações teóricas. É preciso descobrir as melhores formas para que possamos ver aumentada a natalidade, para que as sociedades envelhecidas se transformem em sociedades mais jovens, não é fácil mas é necessário. Foi este o nosso desejo e foi, também, o motivo pessoal que nos levou à realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anshen, Ruth (1971). *A família sua função e destino*, Lisboa: Meridiano.
- Beck-Gemshem, Elizabeth (2002). *Reinventing the family. On search of new life styles*. Cambridge: Polity Press.
- Bellenzier, M. T. Garutti (1987). *Donna e famiglia realtà a confronto*. Roma: Ed. AVE.
- Beltrão, Pedro Calderan (1978). *Sociologia della famiglia contemporanea*. Roma: UCP.
- Beltrão, Pedro Calderan (1990). Procreazione e rispetto per la vita. In: Gallei N. *Vogliamo educare i nostri figli*, Milano: Vita e Pensiero. Pp. 39-48.
- Corigliano, Débora (2012). *Valores familiares*. (Consultado a 7 de julho de 2013). Disponível em <<http://autoresassociados.wordpress.com/>>.
- Dias, Maria Olívia (2009). *O vocabulário do desenho de investigação – A lógica do processo em ciências sociais*. Viseu: Psicosoma.
- Dias, Maria Olívia (1992). Influência da transformação do estatuto e do papel da mulher sobre a natalidade. *Gestão e Desenvolvimento*, nº 1. Viseu: UCP, pp. 59-86.
- Dias, Maria Olívia (2000). A família numa sociedade em mudança – problemas e influências recíprocas. *Gestão e Desenvolvimento*, nº 9. Viseu: UCP, pp. 81-102.
- Dias, Maria Olívia (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica. *Gestão e Desenvolvimento*, nº 19. Viseu: UCP, pp. 139-156.
- Dias, Maria Olívia (2012). Família ou famílias. *Renascimento*, nº 597, 15 de julho 2012.
- Federici, Nora (1984). *Procreazione, famiglia, lavoro della donna*, Torino: Loescher.
- Geraldo, Paulo (2013). *É tão bom ser pequenino*. (consultado a 7 de julho de 2013). Disponível em <<http://familia.aaldeia.net/e-tao-bom-ser-pequenino/>>.
- Guerreiro, Maria das Dores, Abranches M. e Pereira Z. (2003). *Conciliação entre vida profissional e familiar – políticas públicas e práticas dos agentes em contexto empresarial*. Lisboa: CIES.
- Infopédia (2013). *Sociologia da família*, Porto: Porto Editora (consultado a 19 de junho). Disponível em <<http://www.infopedia.pt/sociologia-da-familia>>.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Recenseamento geral da população*, Lisboa: INE.
- Martino, Alba Dini & Manenti, Alessandro (1992). *Vivere in due e più*. Roma: Edizione Paoline.
- Michel, Andrée (1967). *Activité professionnelle de la femme et vie conjugale*, Paris: CNRS.
- Michel, Andrée (1983). *Sociologia da Família e do Casamento*. Porto: Rés.
- OCDE, *Babies Bosses* (Coord.) (2004). *Políticas de conciliação da atividade profissional e de vida familiar*. Vol.3. Lisboa: DGEEP.
- Palomba, Rossella (1998). *Crescita zero*. Firenze: La Nuova Italia.
- Parsons, Talcott & Bales, R. F. (1968). *Family, socialization and interaction process*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Parsons, Talcott (1971). A estrutura social da família. Ruth Ashen (org.). *A família sua função e destino*. Lisboa: Edições Meridiano.
- Relvas, Ana Paula & Alarcão, Madalena (Coords.) (2002). *Novas formas de família*, Coimbra: Quarteto.
- Saraceno, Chiara & Naldini, Manuela (2003). *Sociologia da família*. Lisboa: Estampa.
- Torres, Anália Cardoso (2001). *Sociologia do casamento*. Oeiras: Celta Editora.

Recebido: 25 de setembro de 2013.

Aceite: 2 de maio de 2014.